

Conheça mais
sobre a obra através
do QR Code



O Direito Civil na era da INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Gustavo Tepedino | Rodrigo da Guia Silva
COORDENADORES

Alberto Lucas Albuquerque da Costa Trigo
Aline de Miranda Valverde Terra
Ana Carolina Brochado Teixeira
Ana Frazão
Anderson Schreiber
André Abelha
Anna Cristina de Carvalho Rettore
Bianca Kremer
Bruno Miragem
Caitlin Mulholland
Carlos Affonso Souza
Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho
Carlos Goettenauer
Carlos Nelson Konder
Caroline Somesom Tauk
Cássio Monteiro Rodrigues
Chiara Spadaccini de Teffé
Cíntia Muniz de Souza Konder
Claudia Lima Marques
Daniel Dias
Deborah Pereira Pinto dos Santos
Diego Brainer de Souza André
Eduardo Nunes de Souza
Elora Raad Fernandes
Felipe Ribas
Fernando Blasco
Filipe Medon
Gabriel Schulman

Gustavo Tepedino
Heloisa Helena Barboza
Ilan Goldberg
João Otávio de Noronha
João Quinelato de Queiroz
Laís Bergstein
Laura Osório Bradley dos Santos Dias
Livia Barboza Maia
Livia Teixeira Leal
Luís Felipe Salomão
Luiza Petersen
Marcelo Ornellas Marchiori
Miguel Kfoury Neto
Milena Donato Oliva
Nelson Rosenvald
Pablo Renteria
Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira
Paulo de Tarso Sanseverino
Pedro Marcos Nunes Barbosa
Rafael Mansur
Rafaella Nogaroli
Renan Soares Cortazio
Ricardo Villas Bôas Cueva
Rodrigo da Guia Silva
Rodrigo Dias de Pinho Gomes
Rose Melo Vencelau Meireles
Thiago Junqueira
Vinicius Padrão
Vitor Almeida

STJ00110516

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA**

Nº

DATA

118.1260

05/03/21

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourri

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

O Direito Civil na era da inteligência artificial / Rodrigo da Guia Silva e Gustavo Tepedino coordenadores. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Vários autores

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-218-0

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil 3. Inteligência artificial I. Silva, Rodrigo da Guia. II. Tepedino, Gustavo.
20-41062

CDU-347(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Apresentação	5
--------------------	---

PRIMEIRO EIXO INTERPRETAÇÃO-APLICAÇÃO DO DIREITO NO CONTEXTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

1. O Projeto Athos de inteligência artificial e o impacto na formação dos precedentes qualificados no Superior Tribunal de Justiça.....	21
<i>Paulo de Tarso Sanseverino e Marcelo Ornellas Marchiori</i>	
1. Introdução	21
2. A oportunidade com o Código de Processo Civil de 2015	22
3. O Superior Tribunal de Justiça em números: produtividade e racionalidade.....	25
4. A oportunidade de o Superior Tribunal de Justiça trabalhar com os precedentes qualificados.....	29
5. O sistema inteligente Athos.....	33
6. Considerações finais.....	37
7. Referências bibliográficas	38
2. Os avanços da inteligência artificial no STJ: caminho para uma Justiça mais rápida e efetiva.....	39
<i>João Otávio de Noronha</i>	
3. O jogo da imitação jurídica: o direito à revisão de decisões algorítmicas como um mecanismo para a necessária conciliação entre linguagem natural e infraestrutura matemática	45
<i>Ana Frazão e Carlos Goettenauer</i>	
1. Introdução	45
2. O direito como linguagem natural no controle do ciberespaço.....	48
3. Algoritmos como dispositivos de controle matemáticos	51
4. O conflito regulatório entre direito e algoritmo	53
5. Uma conciliação: a revisão de decisões automatizadas	57
6. Conclusão	61
7. Referências bibliográficas	62
4. Breves notas sobre o controle das decisões informadas por algoritmos.....	65
<i>Alberto Lucas Albuquerque da Costa Trigo</i>	
1. Introdução	65

2. O que são algoritmos.....	69
3. Breve introdução sobre as formas de controle das decisões	72
4. A possível revelação das informações utilizadas para o aprendizado	75
5. Conclusões	78
6. Referências bibliográficas	79

SEGUNDO EIXO

DILEMAS EM MATÉRIA DE TUTELA DA PERSONALIDADE

5. Pessoas com (d)eficiência e inteligência artificial: primeiras reflexões	83
<i>Heloisa Helena Barboza e Vitor Almeida</i>	
1. Introdução	83
2. Pessoas com deficiência, acessibilidade e tecnologias assistivas	85
3. Inteligência artificial: benefícios às pessoas com deficiência.....	92
4. Os confins do humano e as pessoas com (d)eficiência na era da inteligência artificial.....	96
5. Considerações finais	99
6. Referências bibliográficas	101
6. Transumanismo e inteligência artificial.....	103
<i>Carlos Nelson Konder e Cíntia Muniz de Souza Konder</i>	
1. Introdução	103
2. Transumanismo e melhoramentos corporais: novas perspectivas diante da inteligência artificial.....	104
3. De volta aos princípios fundamentais do direito.....	113
4. Considerações finais.....	118
5. Referências Bibliográficas	118
7. Implicações da inteligência artificial na tutela <i>post mortem</i> dos direitos da personalidade	121
<i>Livia Teixeira Leal</i>	
1. Introdução	121
2. Desafios jurídicos relacionados à inteligência artificial	123
3. Reproduções do corpo humano por meio da utilização da inteligência artificial – em busca da “vida eterna”	126
4. Implicações da inteligência artificial na tutela <i>post mortem</i> dos direitos da personalidade	131
5. Considerações finais.....	135
6. Referências bibliográficas	136
8. O consentimento do paciente no admirável mundo novo de robôs de assistência à saúde e algoritmos de inteligência artificial para diagnóstico médico	139
<i>Miguel Kfoury Neto e Rafaella Nogaroli</i>	
1. Notas introdutórias: admirável mundo novo da inteligência artificial e medicina....	140
2. Breve panorama histórico da doutrina do consentimento informado do paciente	144
3. Acidentes com carros autônomos e riscos da inteligência artificial: algumas reflexões necessárias à inclusão da tecnologia no setor da saúde.....	149

4.	O consentimento para ser tratado por robôs nas Orientações Éticas da União Europeia.....	151
5.	Peculiaridades do consentimento na análise diagnóstica apoiada em algoritmos de inteligência artificial	157
6.	O consentimento para tratamento de dados sensíveis em tecnologias algorítmicas na saúde	159
7.	Notas conclusivas: o novo modelo de consentimento informado do paciente na inteligência artificial	161
8.	Referências bibliográficas	162
9.	Futuro da saúde e saúde do futuro: impactos e limites reais da inteligência artificial...	165
	<i>Gabriel Schulman e Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira</i>	
1.	Inteligência artificial: novas tecnologias na saúde e o papel da bioética	166
2.	Uma Medicina sem médicos?	169
3.	A Medicina Digital e a proteção da pessoa: inteligência artificial vs. desafios reais...	172
3.1.	Comandos bioéticos no código fonte da Inteligência Artificial	176
3.2.	Princípios bioéticos e jurídicos úteis para boas práticas no emprego da inteligência artificial na saúde	178
4.	Referências bibliográficas	180
10.	Desenvolvimento infanto-juvenil e riscos da interação das crianças e adolescentes com sistemas de inteligência artificial	183
	<i>Ana Carolina Brochado Teixeira e Anna Cristina de Carvalho Rettore</i>	
1.	Introdução	183
2.	Inteligência artificial e suas implicações no universo infanto-juvenil.....	184
3.	Riscos da inteligência artificial ao desenvolvimento infanto-juvenil.....	188
4.	Formas de minimizar os riscos ao desenvolvimento infantil	194
5.	Considerações finais	198
6.	Referências bibliográficas	199
11.	Inteligência artificial na sucessão hereditária: primeiras reflexões.....	203
	<i>Rose Melo Vencelau Meireles</i>	
1.	Introdução	203
2.	Uma lógica matemática na sucessão hereditária?	204
3.	Critérios quantitativo e qualitativo da partilha	207
4.	Onde a inteligência artificial não alcança	208
5.	Notas conclusivas	210
6.	Referências bibliográficas	211
12.	Personalidade jurídica e inteligência artificial	213
	<i>Eduardo Nunes de Souza</i>	
1.	À guisa de introdução: personalidade em sentido jurídico e a lógica de sua atribuição a certos entes.....	213
2.	Panorama do atual debate sobre a atribuição de personalidade a mecanismos dotados de inteligência artificial.....	222
3.	Considerações críticas sobre uma teórica atribuição de personalidade jurídica a mecanismos dotados de inteligência artificial	233
4.	Síntese conclusiva.....	242
5.	Referências bibliográficas	244

TERCEIRO EIXO
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13. Anonimização e pseudonimização de dados pessoais no processo eletrônico.....	249
<i>Ricardo Villas Bôas Cueva</i>	
1. Introdução	249
2. As técnicas de anonimização e pseudonimização na Europa e no Brasil	250
3. A publicidade do processo e a proteção de dados pessoais	253
4. Considerações finais	259
5. Referências bibliográficas	260
14. Tomada de decisões automatizadas nos seguros privados: tratamento de dados pessoais e prevenção da discriminação racial à luz da LGPD	261
<i>Thiago Junqueira</i>	
1. Introdução: algoritmos e discriminação racial	261
2. Proteção de dados pessoais e discriminação na LGPD	265
2.1. A LGPD oferecendo ferramentas de combate à discriminação	266
2.2. Tensão entre LGPD e prevenção à discriminação	272
3. Notas conclusivas	279
4. Referências bibliográficas	281
15. Tratamento de dados sensíveis por tecnologias de reconhecimento facial: proteção e limites	283
<i>Chiara Spadaccini de Teffé e Elora Raad Fernandes</i>	
1. Introdução	284
2. Tratamento de dados pessoais sensíveis	284
2.1. Análise de dados biométricos.....	291
3. O surgimento das tecnologias de reconhecimento facial.....	293
3.1. Funcionamento e utilização da tecnologia de reconhecimento facial.....	294
4. Reconhecimento facial: normas aplicáveis e garantias aos titulares dos dados pessoais.....	301
4.1. A proteção de dados sensíveis na LGPD	304
5. Considerações finais	310
6. Referências bibliográficas	310
16. Do consentimento aos legítimos interesses – novas formas e requisitos de licitude para o tratamento de dados pessoais no contexto da inteligência artificial	317
<i>Rodrigo Dias de Pinho Gomes</i>	
1. Introdução	317
2. Consentimento – do protagonista à exaustão.....	320
3. Novas formas de licitude de tratamento de dados pessoais – os legítimos interesses....	329
4. Conclusão	332
5. Referências bibliográficas	333
17. Decisões automatizadas: o necessário diálogo entre a Inteligência Artificial e a proteção de dados pessoais para a tutela de direitos fundamentais	337
<i>Filipe Medon</i>	
1. Introdução	337
2. Entre <i>Big Data</i> e <i>Big Analytics</i> : a multiplicidade dos dispositivos de coleta e o processamento por técnicas de Inteligência Artificial	341

3. Como as discriminações se operam na “caixa-preta” dos algoritmos	352
4. A transparência (explicação) e a revisão não bastam: é preciso agir positivamente nos algoritmos	359
5. Conclusão	369

QUARTO EIXO NOVOS PERFIS DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS

18. Inteligência artificial, <i>smart contracts</i> e gestão do risco contratual	373
<i>Gustavo Tepedino e Rodrigo da Guia Silva</i>	
1. Introdução: novas tecnologias, novas perspectivas de atuação da autonomia privada na gestão do risco contratual.....	373
2. Fixação originária do preço por sistemas dotados de inteligência artificial	375
3. Inteligência artificial e gestão de superveniências contratuais	379
4. <i>Smart contracts</i> e automação da execução contratual: novas perspectivas de atuação dos remédios ao inadimplemento	383
5. Conclusão	393
6. Referências bibliográficas	393
19. Do <i>pacta sunt servanda</i> ao <i>code is law</i> : breves notas sobre a codificação de comportamentos e os controles de legalidade nos <i>smart contracts</i>	397
<i>Aline de Miranda Valverde Terra e Deborah Pereira Pinto dos Santos</i>	
1. Introdução: <i>code is law</i> ?	397
2. O que são os <i>smart contracts</i> ?	399
3. Controle de legalidade nos <i>smart contracts</i>	403
4. Considerações finais	407
5. Referências bibliográficas	408
20. Inteligência artificial e “opacidade” no consumo: a necessária revalorização da transparência para a proteção do consumidor	411
<i>Claudia Lima Marques e Guilherme Mucelin</i>	
1. Introdução	412
2. “Opacidade” dos algoritmos e a necessidade de transparência em matéria de inteligência artificial no mercado de consumo	414
2.1. “Opacidade” das lógicas de inteligência artificial no consumo.....	414
2.2. Funções da transparência no mercado de consumo	421
3. Novos direitos dos consumidores: reequilíbrio da transparência.....	427
3.1. Direito à explicação de decisões automatizadas no Direito do Consumidor ...	427
3.2. Direito de revisão e compensação	432
4. Considerações finais	435
5. Referências bibliográficas	435
21. Inteligência artificial nas práticas de <i>geopricing</i> e <i>geoblocking</i> : a tutela dos vulneráveis nos contratos eletrônicos	441
<i>Lais Bergstein</i>	
1. Introdução	441
2. A tutela jurídica do consumidor contra práticas abusivas nas contratações eletrônicas.....	442

2.1. Deveres anexos nas contratações de consumo e a necessária superação das práticas abusivas	442
2.2. A confiança e a tutela do consumidor no comércio eletrônico	447
3. <i>Geopricing e geoblocking</i> : a vulnerabilidade do consumidor agravada	454
3.1. <i>Geopricing e Geoblocking</i> : os limites legais da diferenciação de preços e de oferta nas relações de consumo	455
3.2. O agravamento da vulnerabilidade do consumidor	461
4. Considerações finais	464
5. Referências bibliográficas	465
22. Impactos da inteligência artificial no fortalecimento da confiança nas relações de <i>sharing economy</i>	469
<i>Cássio Monteiro Rodrigues</i>	
1. Introdução	469
2. O modelo negocial da <i>sharing economy</i>	472
3. Importância da confiança contratual na economia compartilhada	477
4. Impactos da inteligência artificial na economia compartilhada: incremento da confiança e possíveis deveres para as plataformas digitais	481
5. Considerações Finais	485
6. Referências bibliográficas	486
23. Seguro e inteligência artificial: novo paradigma tecnológico e seus reflexos na causa e na estrutura do contrato de seguro	489
<i>Bruno Miragem e Luiza Petersen</i>	
1. Introdução	489
2. Inteligência artificial, operação de seguros e novos modelos de garantia	490
2.1. Inteligência artificial e novas técnicas de gerenciamento do risco e contratação	492
2.1.1. Modelo disruptivo de mensuração do risco	493
2.1.2. Novos modelos de oferta e contratação	496
2.2. Inteligência artificial e obrigação de garantia do segurador	497
2.2.1. Função preventiva da garantia e inteligência artificial	497
2.2.2. Novos riscos e produtos decorrentes da inteligência artificial	500
3. Repercussões da inteligência artificial na estrutura do contrato de seguro	502
3.1. Inteligência artificial na formação e eficácia do contrato de seguro	503
3.1.1. Processamento de dados pessoais e os direitos e deveres dos contratantes	503
3.1.2. Automatização do contrato e os direitos e deveres dos contratantes	506
3.2. Gerenciamento ético do risco e livre desenvolvimento da personalidade	508
3.2.1. Direito à privacidade: limites ao processamento de dados pessoais ..	508
3.2.2. Liberdade para agir: limites ao controle da exposição ao risco	509
3.2.3. Vedação à discriminação injusta: limites à discriminação algorítmica ..	510
4. Considerações finais	513
5. Referências bibliográficas	514
24. Inovação e disrupção no mercado de seguros	517
<i>Ilan Goldberg</i>	
1. Introdução	517

2. <i>Startups, insurtechs, fintechs, inteligência artificial e riscos eletrônicos (cyber risks)</i>	521
3. Exame dos principais contratos de seguros providos pelas <i>insurtechs</i>	528
3.1. <i>Used based insurance, insurance on demand e P2P insurance</i>	531
4. Notas regulatórias.....	533
4.1. Como o “novo” deve impactar a matriz a ser empregada pelo órgão regulador de seguros	533
4.2. A atenção redobrada à seleção de risco e consequente discriminação.....	535
5. Conclusões	537
6. Referências.....	538
6.1. Jurisprudência.....	539
6.2. Notícias	539

QUINTO EIXO

DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM MATÉRIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL

25. Riscos e responsabilidades na inteligência artificial e noutras tecnologias digitais emergentes.....	543
<i>Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho e Nelson Rosenvald</i>	
1. Introdução	543
2. Desafios globais da responsabilidade civil relacionados às tecnologias digitais emergentes.....	546
3. Desafios da responsabilidade civil brasileira perante as tecnologias digitais emergentes.....	548
4. Responsabilidade objetiva do fornecedor.....	553
5. Responsabilidade objetiva pelo risco da atividade.....	556
5.1. Do risco da atividade ao alto risco da atividade.....	559
6. À guisa de conclusão: gestão de riscos como instrumento de função preventiva....	561
7. Referências bibliográficas	563
26. Responsabilidade civil por danos causados pela violação do princípio da igualdade no tratamento de dados pessoais	565
<i>Caitlin Mulholland e Bianca Kremer</i>	
1. Introdução	565
2. Dados pessoais sensíveis e os princípios da igualdade e da não discriminação	567
3. Tratamento de dados pessoais, Inteligência Artificial e discriminação.....	571
4. Responsabilidade civil por danos causados por IA e decisões autônomas discriminatórias.....	577
5. Considerações Finais.....	580
6. Referências bibliográficas	582
27. Responsabilidade civil no uso da inteligência artificial: imputação, culpa e risco	585
<i>João Quinelato de Queiroz</i>	
1. Introdução: o que os novos rumos da responsabilidade civil têm em comum com a inteligência artificial?.....	585
2. Regimes de Responsabilidade Civil	587
2.1. O regime subjetivo e os desafios da culpa.....	587

3.	O regime objetivo	591
3.1.	Desafios da aplicação da cláusula geral de risco nas atividades de inteligência artificial.....	591
3.2.	Teorias do risco	593
4.	Entre o objetivo e o subjetivo: soluções intermediárias	599
4.1.	Teoria da guarda	600
4.2.	Patrimônio de afetação.....	601
4.3.	Solidariedade Social e Seguros obrigatórios.....	603
5.	Conclusões	605
6.	Referências Bibliográficas	607
28.	Deepfakes: regulação e responsabilidade civil	609
	<i>Anderson Schreiber, Felipe Ribas e Rafael Mansur</i>	
1.	O que são as <i>deepfakes</i> ?	609
2.	A regulação das <i>deepfakes</i>	612
3.	Responsabilidade civil pelos danos causados por <i>deepfakes</i>	616
4.	Conclusão	625
5.	Referências bibliográficas	626
29.	Danos causados por veículos autônomos – adequação das respostas contemporâneas às perguntas futuras	627
	<i>Laura Osório Bradley dos Santos Dias</i>	
1.	Carros autônomos: para que servem?.....	627
2.	Novas perguntas decorrentes da inserção da nova tecnologia no meio social	630
3.	Possíveis respostas de acordo com a função atribuída à responsabilidade civil na contemporaneidade	632
4.	Adequação das possíveis respostas às novas perguntas	634
4.1.	Em relações paritárias	634
4.2.	Em relações de consumo.....	639
5.	Considerações finais	646
6.	Referências bibliográficas	648
30.	Implementação de seguro obrigatório de responsabilidade civil no contexto da inteligência artificial	651
	<i>Daniel Dias</i>	
1.	Introdução	651
2.	Seguro obrigatório aos produtores e/ou proprietários de IA	652
3.	Sistema de seguro inteligente para robôs.....	655
4.	Fundos nacionais de seguro	657
5.	Seguro social universal para lesões corporais.....	659
6.	Conclusão	661
7.	Referências bibliográficas	662
31.	Responsabilidade civil e os “novos turcos”: o papel da conduta humana nos danos relacionados à inteligência artificial	663
	<i>Carlos Affonso Souza e Vinicius Padrão</i>	
1.	Introdução: o que se esconde atrás dos “novos turcos”?.....	663
2.	Reconhecendo o papel da conduta humana na inteligência artificial	666

3.	Desafios em matéria de responsabilidade civil	670
3.1.	Imprevisibilidade dos erros relacionados à inteligência artificial	672
3.2.	Novas vulnerabilidades advindas da digitalização e do uso de inteligência artificial	676
3.3.	O fator humano na discriminação por aplicação de inteligência artificial.....	678
4.	Conclusão	679
5.	Referências bibliográficas	680

SEXTO EIXO INFLUXOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SOBRE OS DIREITOS REAIS

32.	Perspectivas da inteligência artificial no mercado imobiliário	685
	<i>Pablo Renteria e Diego Brainer de Souza André</i>	
1.	Introdução	685
2.	<i>Big data</i> , buscadores e simuladores aplicados ao mercado imobiliário	687
3.	A inteligência artificial no lançamento de incorporações imobiliárias: anúncios inteligentes, construção civil e <i>chatbox</i>	690
4.	O crédito imobiliário e a inteligência artificial	692
5.	Os riscos do <i>profiling</i> e dos algoritmos inteligentes: a tutela dos dados pessoais...	695
6.	Conclusão	699
7.	Referências bibliográficas	700
33.	Inteligência artificial e qualificação registral: possibilidades e perigos	703
	<i>André Abelha e Fernando Blasco</i>	
1.	Introdução	703
2.	Recepção manual, estruturação de dados e recepção inteligente	707
3.	Qualificação registral	710
4.	Como implantar a IA registral	712
4.1.	Utilização de dados estruturados	713
4.2.	Qualificação registral reduzida	714
4.3.	Adoção de sistema declaratório de títulos registrais	717
5.	O que nos espera?.....	718
6.	Referências bibliográficas	720
34.	Desafios da responsabilidade civil no contexto da inteligência artificial e o debate em torno da utilidade do patrimônio de afetação.....	721
	<i>Milena Donato Oliva e Renan Soares Cortazio</i>	
1.	Introdução	721
2.	Autonomia decisória da IA	722
3.	Danos gerados pela IA	724
4.	Critérios para definição do regime de responsabilidade quanto aos danos ocasionados pela IA	726
5.	Patrimônio de afetação como possível técnica adicional de harmonização de interesses.....	726
6.	Notas conclusivas	731
7.	Referências Bibliográficas	734
		736

35. Inteligência artificial e direito da propriedade intelectual: fundamentos teóricos e legais de proteção	739
<i>Luis Felipe Salomão e Caroline Somesom Tauk</i>	
1. Introdução	739
2. A sofisticação da Inteligência Artificial – uma breve apresentação técnica	741
3. O conceito de autor na legislação de propriedade intelectual	745
3.1. Máquinas criativas e o direito autoral	745
3.2. Máquinas criativas e o direito da propriedade industrial.....	747
4. Fundamentos da propriedade intelectual	750
4.1. As teorias do trabalho e da personalidade.....	750
4.2. A teoria econômico-utilitária	752
5. Os seres humanos por trás das máquinas criativas.....	754
6. “Personalidade Eletrônica” para os sistemas de IA?.....	757
7. Conclusão	758
8. Referências bibliográficas	759
36. Autoria de bens intelectuais e as criações de inteligência artificial	763
<i>Pedro Marcos Nunes Barbosa</i>	
1. Introdução	763
2. Teorias das relações jurídicas e a propriedade intelectual	764
2.1. Teorias da legitimação da tutela de bens intelectuais.....	765
2.2. Teorias aptas a explicar as relações jurídicas havidas sobre direitos reais	767
2.3. As combinações teóricas aptas a legitimar e explicar as criações por inteligência artificial	768
3. Das teorias à realidade	770
3.1. A resposta da crítica e os incentivos	771
3.2. Hipóteses de tutela e hiatos protetivos: seria o <i>status quo</i> legiferante realmente um problema?	772
3.3. Combinações e iteratividade entre mentes humanas e IA.....	774
3.4. Eventuais benefícios da IA para a Propriedade Intelectual	776
4. Conclusões	777
5. Referências bibliográficas	779
37. A impossibilidade de inteligência artificial ser autora de inventos de propriedade industrial sob uma perspectiva civil-constitucional	781
<i>Lívia Barboza Maia</i>	
1. Introdução	781
2. Autoria e titularidade de inventos	782
2.1. Modelo poliédrico e a funcionalização na seara das patentes	784
2.2. Autoria e titularidade de patentes	786
3. A ação humana como pressuposto técnico da patente	789
3.1. A ação humana de “inventar” como um ato-fato	790
3.2. Criação fruto de Inteligência Artificial e o plano da existência	792
4. Seria o domínio público o caminho?	794
4.1. O domínio público é a regra; e a proteção, a exceção	794
5. Conclusão	796
6. Referências bibliográficas	797
6.1. Fontes Judiciais brasileiras.....	799
6.2. Bibliografia retirada da internet	799